

 <https://doi.org/10.20336/rbs.1130>



Para além da precariedade: cenas e cenários do trabalho e da natureza nos canaviais paulistas

Beyond precariousness: scenes and scenarios of work and nature in the sugarcane fields of São Paulo

Más allá de la precariedad: escenas y escenarios de trabajo y naturaleza en los cañaverales de São Paulo

Rodrigo Constante Martins* 

Maria Aparecida de Moraes Silva** 

RESUMO

Este artigo analisa as articulações entre trabalho e natureza nos canaviais paulistas, a partir das experiências de mulheres migrantes que vivenciaram condições extremas de precariedade laboral. A investigação tem como base entrevistas, registros visuais e dados qualitativos recentes sobre o setor sucroalcooleiro. Articula os referenciais de Raymond Williams (estrutura de sentimentos e ideias sobre a natureza), Edward Thompson (classe e experiência) e Judith Butler (precariedade). Argumenta-se que os testemunhos das trabalhadoras revelam não apenas condições de exploração, mas também formas emergentes de resistência, solidariedade e elaboração simbólica do sofrimento. Por meio da análise de suas vivências, afetos e formas de resistência cotidiana, o artigo conclui que, no contexto do trabalho nos canaviais paulistas, a precariedade alcança um estatuto de dispositivo – isto é, um conjunto heterogêneo de práticas, discursos, normas, saberes e técnicas que organizam formas de poder. Neste exercício, a natureza e o corpo aparecem como territórios em disputa, atravessados por práticas de dominação, mas também por gestos de insurgência, revelando as contradições da modernização conservadora promovida pelo agronegócio canavieiro. [◇]

Palavras-chave: trabalho rural, trabalho e precarização, trabalho rural e meio ambiente, trabalho canavieiro.

* Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Ciências Ambientais da UFSCar. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

** Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

[◇] A realização deste trabalho contou com suportes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ABSTRACT

This article analyzes the articulations between labor and nature in the sugarcane fields of São Paulo, based on the experiences of migrant women who have faced extreme conditions of labor precariousness. The investigation is grounded in interviews, visual records, and recent qualitative data on the sugar-energy sector. It draws on the theoretical frameworks of Raymond Williams (structure of feeling and ideas about nature), Edward Thompson (class and experience), and Judith Butler (precariousness). The article argues that the testimonies of these women workers reveal not only conditions of exploitation but also emerging forms of resistance, solidarity, and symbolic elaboration of suffering. Through the analysis of their experiences, affections, and everyday forms of resistance, the study concludes that, in the context of work in the sugarcane plantations of São Paulo, precariousness attains the status of an apparatus – that is, a heterogeneous set of practices, discourses, norms, knowledge, and techniques that organize forms of power. In this dynamic, nature and the body appear as territories in dispute, traversed by practices of domination but also by gestures of insurgency, revealing the contradictions of the conservative modernization promoted by the sugarcane agribusiness.

Keywords: rural labor, labor and precariousness, rural labor and environment, sugarcane labor.

RESUMEN

Este artículo analiza las conexiones entre trabajo y naturaleza en los campos de caña de azúcar de São Paulo, a partir de las experiencias de mujeres migrantes que vivieron condiciones extremas de empleo precario. La investigación se basa en entrevistas, registros visuales y datos cualitativos recientes sobre el sector azucarero y alcohólico. Articula los referentes de Raymond Williams (estructura de sentimientos e ideas sobre la naturaleza), Edward Thompson (clase y experiencia) y Judith Butler (precariedad). Se argumenta que los testimonios de los trabajadores revelan no sólo las condiciones de explotación, sino también formas emergentes de resistencia, solidaridad y elaboración simbólica del sufrimiento. A través del análisis de sus experiencias, afectos y formas de resistencia cotidiana, el artículo concluye que, en el contexto del trabajo en los campos de caña de azúcar de São Paulo, la precariedad alcanza el estatus de un dispositivo, es decir, un conjunto heterogéneo de prácticas, discursos, normas, conocimientos y técnicas que organizan formas de poder. En este ejercicio, la naturaleza y el cuerpo aparecen como territorios en disputa, atravesados por prácticas de dominación, pero también por gestos de insurgencia, revelando las contradicciones de la modernización conservadora impulsada por el agronegocio de la caña de azúcar.

Palabras clave: trabajo rural, trabajo y precariedad, trabajo rural y medio ambiente, trabajo cañero.

Introdução

Desde a última década do século XX, a literatura sociológica sobre o trabalho nos canaviais paulistas tem revelado as condições de superexploração, adoecimento e degradação ambiental que marcaram a história recente da moderna economia sucroalcooleira. O presente artigo propõe uma reflexão que parte dessas evidências, mas busca ir além da denúncia da precariedade, observando os sentidos afetivos, simbólicos e cotidianos da vida e das lutas no canavial. Com base nas trajetórias de vida (história oral) de duas trabalhadoras rurais, registros visuais e fontes documentais, a análise parte da compreensão da história como processo e experiência, na qual as vivências constituem o chão para a formação dos pertencimentos de classe e de gênero.

Articulando as noções de estrutura de sentimentos (Williams, 1977), classe e experiência (Thompson, 1981) e precariedade (Butler, 2009), este trabalho se debruça sobre as formas como mulheres trabalhadoras rurais constroem sentidos para sua existência e resistência em meio à precariedade estrutural do trabalho nos canaviais. Neste esforço analítico, a natureza, frequentemente tratada como pano de fundo silencioso, será aqui situada não apenas como recurso explorado, mas como campo de disputa simbólica e material.

No estado de São Paulo, onde se concentram 177 usinas de processamento de cana-de-açúcar (Unica, 2024), o setor emprega milhares de trabalhadores em atividades que vão do plantio à colheita. Em 2022, havia mais de 126 mil pessoas empregadas no cultivo de cana no país, com predomínio de mão de obra migrante e feminina nas tarefas mais precarizadas (Sebrae, 2023). Embora a mecanização da colheita tenha avançado e atingido mais de 83% da área colhida em São Paulo, desde 2013 (Castro, Gilio & Machado, 2022),¹ este movimento não eliminou a precarização: deslocou-a para novas frentes, como o plantio, a aplicação de agrotóxicos e a manutenção de viveiros.

As transformações tecnológicas e organizacionais, longe de representar um avanço civilizatório que o discurso empresarial tradicional sustenta, têm contribuído para tornar ainda mais invisíveis as formas contemporâneas de trabalho precário. A agricultura digital, que envolve sensores, drones e análise de dados em tempo real, é frequentemente apresentada como símbolo

¹ Segundo dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), na safra 2022/23, a área de colheita mecanizada no estado de São Paulo chegou a 99,2%. Fonte: <https://unicadata.com.br/listagem.php?idMn=4>. Acesso em 4 jun. 2025.

de modernidade e bem-estar laboral, mas sua aplicação tem aprofundado as assimetrias entre capital e trabalho no campo. Em especial, a automação tem sido acompanhada por novas formas de controle e intensificação do labor humano, especialmente sobre corpos femininos, racializados e empobrecidos.

Em outra ocasião, Silva e Martins (2010) mostraram como, sob a égide do trabalho temporário nos canaviais, o processo de desbaste dos corpos e da natureza se amparava em uma lógica de pilhagem colonial, na qual terra, natureza e trabalho eram apropriados e exauridos conforme a racionalidade autoritária do capitalismo no campo. Agora, no percurso de construção da “agricultura 4.0”, tem-se uma outra dinâmica de disciplinamento do trabalho e de instrumentalização da economia do cuidado com os corpos e com o meio ambiente.² Embora novo em contexto, este conjunto de relações mantém as bases de precariedade, que tornam certas vidas mais expostas ao risco do que outras.

Neste cenário, o presente artigo traz uma escuta das subjetividades atravessadas pelo trabalho e pela natureza, compreendendo-as como expressões de estruturas sociais, históricas e emocionais. A análise das experiências de mulheres nos canaviais permite tensionar a imagem de progresso associada ao agronegócio canavieiro e recolocar no centro do debate as vozes de quem vive, sente e resiste, na fronteira da precariedade, a essa lógica de exploração.

Em termos metodológicos, o artigo parte das trajetórias de vida e laborais de Clara e Rosa. Estas trajetórias foram remontadas desde a perspectiva da história oral (Pollak, 1989). Seus testemunhos revelam a experiência de classe, de raça, e de gênero no corte manual da cana-de-açúcar. A experiência de Clara se baseia nas relações no eito nas décadas de 1980 e 1990, período que antecede à mecanização do corte manual. A experiência de Rosa traz à tona o contexto da década de 2010, momento em que a mecanização da colheita já estava ocorrendo.

² A categoria *cuidado* tem sido sobejamente analisada em vários estudos. O cuidado envolve relações intersubjetivas. No que tange ao modelo da chamada agricultura 4.0, o cuidado se reporta às máquinas. Assim sendo, tem havido um constante apelo, por parte das empresas, ao emprego de mão de obra feminina, dado que os estereótipos do gênero marcam as mulheres como mais cuidadosas que os homens. A máquina adquire, neste contexto, a performance de sujeito, havendo, assim, um processo de subjetivação do objeto e objetificação dos sujeitos (Silva, 2025).

O trabalho canavieiro em São Paulo

A história do trabalho nos canaviais paulistas é marcada por dinâmicas de migração forçada, jornadas exaustivas, exposição a riscos físicos e químicos e controle disciplinar intensivo dos corpos, sobretudo sobre populações negras, pobres e oriundas das regiões Norte e Nordeste do país. Como bem revelado por uma gama significativa de estudos, desde a década de 1970, as usinas de açúcar e álcool paulistas foram estruturadas sobre a base do trabalho temporário e sazonal, comumente vinculado a regimes precários de contratação (Silva, 2016; 2013; 1999; Silva e Martins, 2010; Martins, 2024). Com a reestruturação produtiva do setor na década de 1990, acentuou-se a adoção de formas flexíveis de contratação – terceirização, trabalho por tarefa, remuneração por produtividade – que afetaram particularmente as mulheres. A partir dos anos 2000, o avanço da mecanização e, mais recentemente, da chamada agricultura 4.0, provocou uma redução significativa do número de empregos diretos no corte da cana, porém, com novas camadas de precariedade (Silva, 2024).

No entanto, essa modernização não significou o fim da precarização. Ao contrário, houve deslocamento da mão de obra para atividades como o plantio, a catação de mudas,³ o trato de viveiros e a aplicação de defensivos. Essas tarefas permanecem altamente dependentes de força de trabalho humana, no mais das vezes feminina, e continuam submetidas a formas intensivas de exploração, com jornadas longas, opacidade de direitos, riscos físicos e pressão por produtividade.

A permanência de denúncias de trabalho escravizado – como o resgate de 18 cortadores maranhenses em Guariba/SP em 2022 (G1, 2022) – revela a persistência de práticas coloniais no bojo do moderno agronegócio. A violência simbólica e material que estrutura o mundo do trabalho nos canaviais, no tempo presente, é invisibilizada pelo discurso hegemônico da sustentabilidade e da bioenergia. Se remontarmos à perspectiva de Williams (2011), desde uma dimensão histórica e cultural, não se trata de analisar a “natureza” como um dado físico ou externo à sociedade, mas de compreender como ela é produzida historicamente em articulação com formas de trabalho,

³ A catação de mudas é a ação de recolhimento dos restos de cana (bitucas) deixados nos canaviais após a colheita. As mulheres aí empregadas são chamadas bituqueiras. Esta recolha de bitucas se constitui numa tarefa árdua, pois, exige que a postura corporal seja curvada durante toda a jornada, além do peso, advindo do ato de carregamento até os pontos determinados nos canaviais.

técnica e dominação. Desde esta perspectiva, a cana, o solo, os corpos, no contexto do agronegócio, são mobilizados em função da lógica do capital, que redefine as ideias de produção, natureza e trabalho para legitimar sua necessidade de acumulação e a consequente desigualdade. E justamente por estar no cerne deste processo, como corpo sobre-explorado, a experiência das trabalhadoras pode revelar contradições e resistências que escapam à normatividade do discurso empresarial e constroem formas alternativas de saber, de cuidado e de luta.

A experiência como processo e a classe em formação

A trajetória de Clara revela a articulação entre opressão e resistência na vida cotidiana das trabalhadoras rurais e evidencia como a consciência de classe e de gênero não surge de forma abstrata ou ideológica, mas é forjada no enfrentamento direto das condições materiais de trabalho. Nesses termos, como propusera Thompson (1981), a classe emerge de um processo complexo que se constrói a partir das experiências vividas – e, nesse caso, sofridas – em contextos específicos de trabalho, dominação e conflito.

Clara: Eu tive uma inserção muito grande no meio dos trabalhadores, mas isso era automático, porque eu brincava e eu brigava também, eu sempre briguei. Uma vez a gente estava ali na meia lua e estava chovendo demais. Nosso fiscal, o V., pôs a gente pra tirar uma cana podre de uma lagoa. Tinha mulher menstruada, tinha pessoa que não podia entrar na água, e ele fez todo mundo entrar. Ele ficou perto do caminhão, debaixo do guarda-chuva e nós todos na chuva trabalhando. Aí a L. caiu, eu achei uma injustiça, ela não tinha condições [...]. Ele começou a rir dela. Eu falei: vou catar o V., agora! Eu vou! Falavam: olha o seu serviço! Ah! eu não estou nem aí. Fui lá e falei para ele: ô V., qual é o seu serviço na sua carteira? Trabalhador rural! Eu falei: o meu também é trabalhador rural, então se você pode ficar debaixo do guarda-chuva, nós também podemos entrar aí e ficar debaixo da proteção do caminhão. Ele disse: “ah! mas vocês não podem!” Aonde está escrito que nós não pode? O registro dele é trabalhador rural, não é? Porque ele pode ficar debaixo do guarda-chuva e nós tudo tem que estar naquela lagoa, tirando cana daquela água podre, gente caindo e quase morrendo? Aí ele falou: “mas é a ordem!” Mas ordem de quem? Nós não vamos mais não. Eu vou subir agora e ficar lá em cima do

caminhão, não vou trabalhar enquanto tiver chovendo, vocês fazem comigo o que vocês acharem certo. Daí eu vim e veio todo mundo. Aí começou aquela coisa, sempre eu tomando a frente.

Observamos na narrativa de Clara a remontagem de uma história que não é somente individual e que emerge do cotidiano de vivências afetivas, morais e simbólicas que articulam resistências, valores e expectativas. A entrevista de Clara é atravessada por esse tipo de sensibilidade emergente. Há uma tensão permanente entre a necessidade de sobrevivência física (como o sobre-esforço na chuva) e a recusa às condições desumanas impostas no trabalho (o trabalho na chuva, a negação da intimidade e da saúde feminina). A estrutura de sentimento presente em sua narrativa é uma sensibilidade moldada pelo sofrimento, mas também atravessada por dignidade, orgulho, revolta e solidariedade.

Considerando que a estrutura de sentimento se revela não apenas nas ações, mas também na linguagem, os relatos de Clara delimitam os afetos compartilhados em um contexto de classe, bem como um senso de justiça que se revela nos pequenos gestos: ao lavar o próprio ferimento com terra para continuar a trabalhar, ao consolar as companheiras, ao se insurgir contra o turmeiro que ria da queda de uma trabalhadora adoecida. Esses momentos expressam um universo afetivo que, embora ainda não estruturado sob formas institucionais de luta, manifesta a gênese de uma consciência situacional de classe e de gênero.

Há ainda nos relatos de Clara a tecitura de um *continuum* entre trabalho e natureza que irá repercutir sobre sua atuação como liderança entre trabalhadores e trabalhadoras. Este *continuum* parece um símile da crítica do desmonte empreendido por Williams (2011) sobre a visão idealizada e estática da natureza como algo separado da cultura ou da sociedade. Para este autor, a natureza é sempre uma construção histórica e cultural, moldada pelas relações de produção e pelas formas de apropriação simbólica. A entrevista de Clara permite observar essa articulação no cotidiano do trabalho rural: a cana, a terra, a chuva, o sol e os próprios corpos são elementos naturais que, ao mesmo tempo, participam de uma cultura do trabalho profundamente marcada por relações de dominação.

A natureza, nesse contexto, não é um cenário neutro, mas um campo de disputas. Quando Clara relata cortar cana com a mão ferida, ou quando

denuncia a imposição de trabalhar na chuva ou na lama, ela evidencia como a força de trabalho é levada a se sujeitar a condições naturais hostis sem proteção adequada. A experiência do corpo imerso na terra ou ferido revela uma relação alienada com a natureza, imposta pela lógica de exploração no eito. Por outro lado, a forma como a trabalhadora e suas companheiras resistem a essas imposições – recusando-se a trabalhar sob a chuva e denunciando o uso do clima como justificativa de exploração – aponta para o reconhecimento da estratégia patronal de justificação de condições insalubres ao corpo. Justificação baseada nas condições do clima, portanto supostamente de ordem natural, e não decorrente do arbítrio do empregador. Nesse sentido, a luta por direitos mínimos, como o de não trabalhar no canavial sob chuva intensa, coloca em questão a própria organização cultural do ambiente rural, que evidentemente repercute sobre as dimensões políticas do trabalho.

As resistências a este contexto de violências sobre o corpo também adquiriam forma na experiência do canavial. E estas resistências também nos servem de trilha para a compreensão da circularidade do poder, mesmo entre agentes que partilham de posição não muito distantes na hierarquia do trabalho. A propósito da organização política no eito:

Clara: Pegamos um papel e colocamos tudo que nós queria. Nós queria beber água. Olha bem as reivindicações! Beber água de meia em meia hora; no sábado a gente vir embora pelo menos até as três horas da tarde. Cortar somente 5 ruas. Essa eram as nossas reivindicações. Hoje eu fico pensando, beber água de meia em meia hora! Sabe, não era beber água quando quisesse. Era beber água de meia em meia hora, porque a gente só podia beber água quando varasse a rua, às vezes você levava para varar a rua uma hora e meia, até mais que isso, dependendo como o mato que estava.

O controle sobre o direito de beber água no eito era imposto pelo trabalhador já citado por Clara, turmeiro, que assim como ela, era também registrado como trabalhador rural. Trabalhador cuja autoridade se firmava no exercício de práticas que expressavam força. O poder, como exercício, neste contexto entre iguais, era exercido mediante o controle da água. Como algo que não se possui, mas que circula e que se exerce (Foucault, 1975), o poder produz a vontade de verdade da disciplina sobre os corpos no eito acionando os controles quer sobre a água para beber, quer sobre a exposição às águas das chuvas.

A aridez destas relações de trabalho atravessava a jornada de Clara desde sua organização familiar, chegando mesmo à objetificação de seu corpo no eito.

Clara: Meus filhos, tudo pequeno. Eu levantava 4h15m da manhã, fazia comida, arrumava e ia levar na creche [...]. Aí chegava ao final de semana pegava o cheque ia ao mercado. Tem gente que entra na roça hoje na mesma situação que eu entrei em 1983, sem um grão de nada para comer. Na semana que eu tinha aluguel para pagar eu diminuía as coisas de comer. Aí, na semana que eu não tinha aluguel, já comia melhor. Mas depois eu comecei a vender as coisas na rua, porque o salário da cana não dava. No sábado eu vinha, lavava minha roupa de noite e domingo eu levantava cedinho fazia a comida para eles e deixava e ficava o dia inteirinho vendendo as coisas na rua. De tarde eu vinha embora cansada que não tinha jeito, arrumava minhas coisas de roça, também 8h00 da noite eu já estava dormindo. [...] No meio da semana não tinha limite para gente sair, o serviço na Usina era muito sacrificado, eu comecei a questionar, sabe? Ai, eu comecei a organizar os trabalhadores, vinha o homem do carrinho, que são os administradores né? Tudo eles mandavam. Então ficou assim.... eu fui me tornando uma liderança deles. Assim, sem saber.

Chegava ao final da safra, o medo das pessoas era a poda. Aí veio a poda e, naquela safra, por necessidade mesmo, eu não tinha perdido um dia de serviço, eu não tinha um atestado, eu trabalhei a safra inteirinha, porque mesmo que fosse doente eu ia trabalhar. Chegou o dia da poda e meu nome estava na poda. Aí, eu falei pra ele: espera aí, qual o critério dessa poda? Ele falou assim: “é baixa produção, perda de dia e atestado”. Eu falei: baixa de produção eu não tenho, porque eu era um podão médio; dia perdido eu não tenho! O que está acontecendo? Não! Não eu não vou aceitar a poda desse jeito! Aí quando foi mais ou menos 7h30m da noite, o turmeiro Z. chegou no portão da minha casa. Chamou lá e eu fui. Eu assustei com ele lá. Eu falei: ô Z., o que aconteceu? Vai ver que foi engano e ele veio me avisar. Ele disse assim: “assustada? Mas não se assusta não! Fui eu que mandei tirar o seu nome de lá”. Eu falei: mas por que você mandou tirar o meu nome da Usina? Ele falou: “não, Clara, você é orgulhosa, você não liga para gente. [...] Olha, se você sair comigo até na quarta-feira, você tem seu serviço de volta”.

Ao narrar suas estratégias para suportar jornadas exaustivas, cuidar dos filhos e organizar outras trabalhadoras diante do assédio e da violência impregnada ao eito, Clara exemplifica a formação da classe pela experiência.

Não se trata de uma identidade *a priori*, mas de uma construção contínua mediada pela ação, pelo sofrimento, pelos vínculos de solidariedade e pelas pequenas rupturas e resistências cotidianas. Aqui, a interseccionalidade entre gênero e classe é evidente. A estrutura patriarcal da usina reforça a exploração econômica com uma violência de gênero sistemática. O poder sexual dos turmeiros torna-se parte do mecanismo de dominação de classe. A recusa de Clara a esse sistema e sua capacidade de transformar esse ato em uma ação coletiva e política são centrais para compreender o papel da experiência vivida na formação da consciência de classe. Ao denunciar pública e diretamente a tentativa de assédio como um critério de demissão, ela converte uma violência privada em um ato público de contestação e resistência.

Nesse sentido, a noção de “estrutura de sentimentos” desenvolvida por Williams (1977), permite apreender a densidade afetiva dessas experiências. O orgulho do trabalho, o medo da poda, a vergonha diante da chantagem sexual, a raiva diante das injustiças e a alegria de organizar uma greve: tudo isso forma uma camada complexa de sensibilidades que, embora não se organizem como doutrina, orientam a ação coletiva e alimentam a resistência. Com efeito, essas estruturas não são apenas reflexos da ideologia dominante, mas expressões vivas de modos de vida que desafiam a hegemonia.

Clara representa esse modo de vida insurgente. Sua recusa a ceder à chantagem sexual de um turmeiro e sua coragem de tornar pública a violência sofrida articulam dimensões afetivas, éticas e políticas de uma resistência que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. A denúncia não apenas a protege, mas convoca outras mulheres à solidariedade, gerando um processo de politização da dor. Como observa Lorde (2019), em contextos como esse, transformar a dor em fala torna-se um ato revolucionário, disruptivo, especialmente para mulheres negras e pobres cujas vozes foram historicamente silenciadas.

A atuação de Clara revela ainda como o espaço do eito, usualmente pensado como lugar de disciplina e extração de valor, pode se converter em terreno de aprendizado político. Por meio das greves, das pequenas negociações com fiscais, da auto-organização das mulheres e das práticas de cuidado mútuo, emerge um saber coletivo que reorganiza a percepção das relações de poder e legitima a recusa. Como afirma Foucault (1975), onde há poder, há resistência – e no canavial, essa resistência não se dá apenas no confronto direto, mas na construção cotidiana de uma moralidade que concorre com os signos da acumulação próprios da produção do mais valor.

Por fim, é importante destacar que Clara não age sozinha. Sua liderança emerge no interior de uma coletividade que compartilha experiências, dores e sonhos. Como propõe Saffioti (2004), a articulação entre gênero e classe é fundamental para compreender as múltiplas dimensões da opressão sofrida por essas mulheres. Ao mesmo tempo, é essa interseccionalidade que produz formas complexas e potentes de resistência, que escapam à lógica linear da política institucional e se enraízam no cotidiano.

Clara, portanto, é mais do que uma personagem: ela encarna um modo de luta, uma memória coletiva e uma ética insurgente que atravessa os canaviais. Sua experiência nos permite compreender como, mesmo nos contextos mais adversos, as mulheres constroem sentidos de si e do mundo que desestabilizam as estruturas de dominação e abrem espaço para a emergência de uma nova consciência histórica. Nestes termos, remontando ao argumento desenvolvido por Silva e Martins (2010), a resistência das trabalhadoras pode ser lida também à luz da distinção arendtiana entre labor, trabalho e ação. Se o labor é repetitivo e fisiológico, e o trabalho é a criação de objetos duráveis, é na ação – no aparecer público e na construção de sentido – que se afirma a liberdade. Quando denunciam violências, organizam greves ou partilham saberes, essas mulheres transformam o labor precário em ação política.

Estrutura de sentimentos e resistências afetivas

A noção de estrutura de sentimentos, formulada por Williams (1977), permite compreender dimensões da resistência que não se expressam imediatamente em categorias políticas organizadas. Trata-se de formas de sentir, perceber e agir que emergem das experiências vividas, das relações de cuidado e da memória afetiva compartilhada. Nos testemunhos de Clara, essas estruturas se manifestam como sensibilidades forjadas na adversidade, que articulam dor, solidariedade, dignidade e desejo de mudança.

Clara: Eu falei: Ah! Para eu cortar cana, para mim carpir e trabalhar em um serviço miserável daquele, eu preciso deitar com você? Se eu não deitar eu não tenho esse serviço? Ele falou: “É um serviço miserável, é isso e aquilo, mas você precisa e você está até chorando por causa dele! Estou te deixando meu telefone”. Olha, eu gravei esse

número que eu nunca esqueci na minha vida! Eu falei: tá bom Z., eu vou pensar e amanhã eu te dou uma resposta. Fui de plano feito no outro dia. Cheguei lá na roça, falei com o V., Senhor L., chamei um grupo de pessoas fiscais. Falei: olha, eu descobri o motivo que eu fui para a poda. O Z. quer que eu saia com ele, se eu não sair com ele até quarta-feira, eu não tenho serviço, eu estou precisando da ajuda de vocês que são fiscais para algum de vocês me encaminhar até no escritório central que eu quero denunciar isso lá, eu vou até no jornal. Chamei a turma inteira e falei: oh gente, eu não tenho serviço para cortar cana e para carpir cana porque o Z. quer que eu deite com ele. Chamei o pai dele, que também trabalhava lá, e disse: eu deitaria com um cachorro, mas não deitava com seu filho em troca de serviço. Eu falei: Senhor O., eu quero o meu serviço de volta, até hoje de tarde, agora quem está dando prazo sou eu. Até hoje de tarde eu quero a minha ficha de volta. Porque se não tiver, eu vou até na casa do Z., e vou contar para a mulher dele o que ele fez comigo. E eu vou responsabilizar a Usina, porque ele é turmeiro da Usina. Quando foi de tarde eu tive meu serviço de volta.

[...]

Uma vez eles colocaram a J. de gancho, foi num final de semana. Ela pegou uma cana de tarde, na beira do canavial, que ela estava com fome, quebrou e estava chupando. Aí o I., que era fiscal, colocou ela de gancho. Nós já estávamos indo embora, não estava trabalhando, já tinha encerrado o expediente. Eu estava lá na frente, mulheres correram lá falaram: Clara, o I. colocou a J. de gancho! Mas ele não está trabalhando. Por quê? Aí eu diminuí o passo falei: o que aconteceu, J.? “Ele me colocou de gancho, diz que amanhã é para eu não vir.” Eu falei: Imagina! Para todo mundo aí. Catamos ele ali. I., por que você colocou a J. de gancho? “Porque ela catou a cana e não tem ordem para quebrar a cana”. Eu falei: primeiro o seguinte: se você quiser você desconta a cana dela, ela não está em horário de serviço para você colocar ela de gancho. [...]. Então amanhã você pode vir! Vai vir mesmo, porque se ela não vir a gente não vai trabalhar, ninguém vai trabalhar amanhã.

Essa trabalhadora expressa, pelo relato dos gestos, dos afetos e das linguagens cotidianas, uma percepção crítica do mundo que desafia a normatividade da exploração. A dor de não poder beber água, o medo da poda, o orgulho de resistir à violência sexual, o cuidado com os filhos, mesmo após jornadas exaustivas – tudo isso compõe uma gramática emocional que constitui uma estrutura prática da experiência.

Das (2007) propõe que o sofrimento cotidiano não é apenas o resultado de uma violência estrutural, mas também um espaço de produção de sentido. Ao lidar com a precariedade, essas mulheres constroem modos próprios de narrar a vida, redefinindo os limites do tolerável e criando brechas para a insurgência. A resistência aqui não ocorre apenas nos momentos excepcionais – greves, denúncias públicas – mas no manejo persistente da dor, na proteção das companheiras, na recusa a aceitar o sofrimento como destino. Outrossim, Lorde (2019), novamente, sustenta que transformar o silêncio em linguagem e ação é um gesto radical. Os testemunhos das trabalhadoras mostram como esse gesto é lavrado desde os veios da precariedade, em uma pedagogia da resistência que se ancora no corpo, na memória e na afetividade. As mulheres não apenas resistem: elas criam formas de vida, redes de apoio, estratégias de sobrevivência e códigos morais que desafiam a lógica da submissão.

Por fim, como alerta Rancière (2009), é preciso escutar aquilo que foi historicamente silenciado. A escuta atenta às estruturas de sentimentos das trabalhadoras revela não apenas o peso da exploração, mas também os contornos de uma ética alternativa, fundada na partilha da dor, da luta e da esperança. Essa escuta é, portanto, um exercício de justiça cognitiva, que reconhece a centralidade das subjetividades subalternizadas na crítica e na transformação do mundo social.

Trabalho, corpo e natureza: entre a alienação e a reconexão

A separação entre trabalho e natureza, produzida historicamente pelo capitalismo, manifesta-se de forma intensa nos canaviais paulistas. A natureza aparece como matéria-prima a ser dominada e controlada – a cana, o solo, o clima, o corpo – tudo é integrado à lógica da produtividade. Como analisa Williams (2011), essa separação é construída cultural e historicamente, sendo central para legitimar a subordinação da vida ao valor econômico.

As análises de Silva e Martins (2010) sobre a pilhagem ambiental nesta mesma região, na década de 2000, já reforçavam a tese de que a separação entre trabalho e natureza não é apenas técnica, mas sobretudo política. A degradação

dos corpos e dos ecossistemas era ali simultânea e articulada.⁴ Os relatos sobre os impactos da vinhaça, dos agrotóxicos, da erosão dos solos e da contaminação do Aquífero Guarani evidenciavam que a agricultura canavieira se estruturava desde então sobre o esgotamento de todas as formas de reprodução da vida.

A experiência das trabalhadoras, recontada no contexto presente, revela uma sensibilidade ecológica que complexifica as dimensões dos sentidos de pilhagem ambiental, mesmo com décadas já acumuladas de políticas e reuniões nacionais e internacionais em defesa da preservação da natureza e de seus recursos.

Clara: Eu sempre tive uma esperança, eu sempre acreditei em mim, que eu era capaz. Quando eu comecei a cortar cana, em 1985, meu pulso abriu, a mão ficou aberta. O primeiro dia, eu cortei 25 metros de cana [...]. Aí, no segundo dia, eu já cortei um pouco mais, no terceiro dia, eu não esqueço, eu cortei 65 metros. Com 15 dias, eu já estava cortando 150 metros, 200 metros de cana. Aí eu me animei, sabe. Uma vez eu cortei o braço e eu não queria perder o dia. Tentei bater o podão, mas o sangue correu. Aí peguei enchi de terra e amarrei um pano e estancou o sangue. Olha para você vê. Bati cana o dia inteiro. Sangrava, eu lavava e assim foi o dia inteiro. Tinha dia que eu chegava em casa, eu estava com tanta câimbra, dava câimbra nas costas, nos braços, na perna para tudo que era canto do corpo.

* * *

[sobre a condução para aplicação de veneno]

P: Quantos kg você carrega?

Rosa: Não sei hein.

P: É pesado?

R: Às vezes é. Se você tem onde gastar veneno, não pesa tanto. Mas se tem rua limpa, aquilo chega a doer, arde. Se tem mato pra esvaziar rapidinho, não pesa, mas se pega rua limpa, não acha um pé de mato. Dói, arde. Um dia fomos passar veneno de formiga, e não tinha, então ardeu.

⁴Estudos recentes na mesma região desvendaram como, em tempos de consolidação da agenda público-ambiental, a pilhagem ambiental produzida pela agroindústria sucroalcooleira segue sendo alvo de tentativas de sombreamento mediante a promoção, pelo próprio setor, de novas gramáticas sobre formas de uso do fogo e de água no eito. A propósito, ver Cardoso, Sabadin e Martins (2025).

Mesmo se está com os óculos, acho que foi ontem, na roça, por o *colônho*⁵ ser alto, ventava demais, você sentia pingar. A tela dos óculos estava embaçada de veneno, acho que só protege de galho, de veneno não. O *colônho* ontem era grande, vinha no olho.

P: Arde?

R: Eu não sinto nada agora, quero ver futuramente.

P: Não fica nem vermelho?

R: Nem reparei, não prestei atenção.

P: Mas não está atrapalhando sua vista?

R: Não, ainda não.

P: E mancha na pele?

R: Nada ainda, não sei no futuro.

P: Vocês usam mais de um tipo de veneno?

R: Às vezes usa, o que mata cana pequena, nova, tem o do cipó, mais forte de todos, e tem o Roundup. Tem também o Provence, usa ele quando tem braquiara.⁶ Esse ano, ainda nenhuma vez, mas ano passado foi bastante.

No atual contexto da agricultura canavieira, o depoimento de Rosa sobre o veneno ilustra como a natureza é experimentada como ambiente de risco e dor. O mato, que deveria ser sinal de desordem ou ineficiência para a usina, é percebido pelas trabalhadoras como proteção contra o contato direto com os agrotóxicos. Aqui, o mato se torna um alívio físico – não porque seja “naturalmente” bom, mas porque permite que o veneno seja descarregado mais rapidamente, reduzindo o peso da bomba. A natureza é experimentada não como paisagem ou recurso, mas como variável operacional no ritmo do trabalho, mediada pela dor.

A própria narrativa sobre a aplicação do veneno compõe uma paisagem afetiva contaminada, onde o corpo da trabalhadora é constantemente exposto,

⁵ O capim-colônho (*Panicum maximum*) é uma planta perene, originária da África, fortemente cespitosa, rizomatosa, ereta, de 1-2 m de altura, formando grandes touceiras. Possui colmos com densa pilosidade nos nós. Tem folhas de 20-70 cm de comprimento, em média. Propaga-se por sementes e rizomas. <https://ourofinoagro.com.br/alvos/capim-colonio/>. Acesso em 5 jun. 2025.

⁶ O capim-braquiária (*Brachiaria decumbens*) é uma planta perene, ereta ou decumbente, entouceirada, rizomatosa, com enraizamento nos nós inferiores em contato com o solo. É densa-pubescente, de coloração geral verde-escuro, de 30-90 cm de altura, originária da África do Sul. <https://www.wikiaves.com.br/wiki/flora:braquiaria>. Acesso em 5 jun. 2025.

silenciado e responsabilizado. A dor é normalizada, a proteção é insuficiente (“a roupa esquentada, a máscara sufoca”) e os danos são diluídos em incertezas (“não sei no futuro”, “ninguém falou que era por causa do veneno”). A narrativa oferece um retrato contundente da vivência do corpo como fronteira entre o trabalho e o adoecimento. Este talvez seja o limite da precarização, que articula corpo e meio ambiente. Aponta para uma estrutura de sentimentos que reflete a contradição entre a necessidade de sobrevivência e a percepção de um futuro ameaçado – tanto para o corpo da trabalhadora quanto para o meio ambiente. A natureza, nesse contexto, não é algo a ser contemplado, mas um campo de disputas entre dominação técnica (veneno, produtividade, divisão sexual do trabalho) e vida ameaçada.

Outrossim, o corpo das trabalhadoras é o principal meio de articulação entre trabalho e natureza. Quando Clara relata ferimentos, câimbras, sangramentos, queimaduras, ela não apenas descreve sua rotina, mas revela uma forma de conhecimento que é vivida corporalmente. Isso porque, diferentemente das abstrações do *homo oeconomicus* e do *homo biologicus*, o corpo concreto é indissociavelmente biológico, social e político. Ele registra as violências do trabalho e transforma esse registro em memória encarnada, que, por sua vez, estrutura modos de perceber e reagir ao mundo. Essas experiências corporais apontam para os limites físicos da sujeição social: momentos em que a lógica da exploração encontra os limites da regeneração da vida e do ecossistema. O uso intensivo de venenos, o desrespeito à fisiologia do corpo, a negação do tempo de descanso e de hidratação são exemplos de como o capital ultrapassa os limites naturais e sociais, produzindo colapsos silenciosos – doenças, esgotamento, morte precoce. Expressam, ainda, o que O’Connor (1989) classificou como segunda contradição essencial do capitalismo; para além da contradição capital-trabalho, a degradação das condições ecológicas e sociais que sustentam a produção também implicaria na geração de crises de reprodução ampliada. A exaustão dos solos, o adoecimento dos corpos e a contaminação ambiental seriam indícios dessa destruição sistêmica.

Na sequência, são apresentadas imagens sobre corpo, trabalho e meio ambiente na realidade do eito (Imagens 1, 2 e 3). Esta apresentação toma como referência os termos propostos por Sontag (2004), que considera a fotografia como uma “gramática do ver”, que também pode ser lançada como recurso de ênfase no que é comumente invisibilizado nos discursos dominantes – questionando, assim, a violência do controle da imagem como biopoder e evitando nosso confinamento nos fundos da caverna de Platão.

Imagem 1. A turma do veneno (2010)



Fonte: Acervo de MAMS.

Imagem 2. A distribuição do veneno (2010)



Fonte: Acervo de MAMS.

Imagem 3. Deformação no pé causada pelo uso da bota (2010)



Fonte: Acervo de MAMS.

Precariedade como condição estrutural da vida

A precariedade pode ser compreendida não apenas como uma condição social, mas como tendo efeitos de um dispositivo, no sentido foucaultiano do termo. Isto é, um conjunto de práticas, discursos e tecnologias que operam ativamente para produzir, organizar e administrar a vulnerabilidade das populações subalternizadas. Trata-se, assim, de um regime de governo que se sustenta na generalização da insegurança como forma de controle e subjetivação. Nesse sentido, a precariedade funciona como uma técnica de poder que desmobiliza, fragmenta e disciplina corpos e afetos. Nos canaviais paulistas, esse dispositivo se expressa na instabilidade contratual, na interdição da denúncia, na culpabilização da dor e na produção de medo e resignação. A gestão da precariedade, portanto, não é apenas econômica, mas simbólica e afetiva, e revela como o agronegócio contemporâneo articula formas neoliberais de exploração com estruturas coloniais e patriarcais de dominação. Sob esta perspectiva, a precariedade não é uma contingência ou ausência de direitos: ela constitui a forma estrutural de existência para amplas parcelas da classe trabalhadora, especialmente para

mulheres racializadas do campo. Butler (2009) propõe que determinadas vidas são marcadas por uma condição de vulnerabilidade permanente, não por acidente, mas por *design* político e social. Ou como resultado de tecnologia simbólica e política que determina quais vidas são reconhecidas como vidas e, portanto, quais corpos são reconhecidos como perdas e passíveis de luto (Butler, 2015). Nos canaviais paulistas, essa precariedade se expressa na combinação de informalidade, violência, instabilidade contratual, ausência de garantias e controle disciplinar sobre o corpo e o tempo das trabalhadoras.

Rosa: Tem gente que fala que está passando mal. Tem gente que passa mal e fica, mas tem quem não aguenta. No começo, o calor, a roupa sufoca a gente, máscara, pressão abaixa. A vista escurecia, eu sentava um pouco e depois continuava.

P: Quantos graus será que vocês pegam?

R: Não sei não, só sei que a bota de borracha esquenta tanto, que um dia a mulher estava de esmalte e grudou tudo, de tão quente. Quando a roupa é nova é mais quente.

P: Não pode deixar a roupa na roça?

R: Tem que ir vestida com ela, mas só sutiã e calcinha por baixo. Antes era roupa normal e agora não pode mais. Perigoso por causa do veneno, a roupa cheia pode intoxicar.

[...]

P: São quantos na turma?

R: O João separa, tira 5 homens da turma e o resto é tudo mulher.

P: Vocês são do veneno né?

R: É.

P: A maioria é mulher.

R: Só tem 5 homens e o resto, 27 mulher.

P: Nas outras turmas da diária a maioria é mulher né?

R: Maioria.

P: E na cerca?

R: Só homem.

P: E na formiga?

R: Só homem também, não pegam mulher.

P: E a turma da broca?

R: Só homem também.

[...]

P: Tem alguém que acaba sendo mais privilegiado com o fiscal?

R: Com esse fiscal não, com o outro tinha, porque ele se relacionava com a menina.

P: Tem bombeira na turma?

R: Não, tem bombeiro. É um rapaz que fica lá, o S. E se ele não gostar de alguma pessoa, ele humilha, xinga a pessoa ainda por cima. É um ajudante e quer ser mais que o fiscal, humilha a gente, fala palavrão. Se pega birra com uma pessoa, não dá água, humilha.

Na narrativa de Rosa, de imediato, cumpre ressaltar a distribuição desigual do trabalho entre homens e mulheres (mulheres no veneno, homens em tarefas menos tóxicas, como a cerca ou a formiga), evidência de que a precariedade é também atravessada por marcadores de gênero, com mulheres ocupando posições mais vulneráveis, mais expostas e menos valorizadas economicamente. A diferença de salários e de acesso a benefícios reforça um sistema que opera segundo lógicas de opressão interseccionais. A precariedade se manifesta, assim, não apenas na falta de proteção legal e médica, na ausência de garantias salariais ou no uso improvisado de equipamentos de proteção, mas também na forma como as relações com o corpo, com o trabalho e com a natureza são vividas. A roupa molhada de veneno, o calor insuportável, a intoxicação invisibilizada e o medo do desemprego são elementos que compõem uma paisagem cotidiana em que a vida é gerida pelo risco constante.

Os relatos de Rosa, amalhados aos de Clara, trazem densidade empírica a essa noção de precariedade. Falta de acesso à água, jornadas superiores a 12 horas, ausência de equipamentos de proteção, intoxicação por venenos, chantagens sexuais e moradias precárias – todos esses elementos compõem um cotidiano em que a dignidade é constantemente ameaçada. O sofrimento não é um efeito colateral, mas o próprio motor de uma economia fundada na extração intensiva de energia vital. Além disso, a precariedade opera como

uma pedagogia negativa: ensina o medo, a resignação e a desconfiança. Mas, como demonstram as greves, as denúncias e os laços de solidariedade entre as trabalhadoras, essa pedagogia pode ser subvertida. A precariedade também ensina a lutar – não a partir de teorias abstratas, mas da dor partilhada, da necessidade coletiva e da indignação moral.

Fassin (2018) propõe que a desigualdade social se manifesta também como desigualdade no valor atribuído às vidas. Algumas vidas são lidas como sacrificáveis. A trabalhadora que aplica veneno sob sol forte, sem máscara adequada, exposta a riscos crônicos, não é percebida como sujeito pleno de direitos, mas como engrenagem descartável de uma engrenagem produtiva. Essa lógica necropolítica, como define Mbembe (2018), organiza o espaço do trabalho no agronegócio sucroalcooleiro: decide quem merece viver, sob quais condições, por quanto tempo e com qual nível de sofrimento. Organiza-se, ainda, como termopolítica brutalista, precarizando e segregando corpos e territórios, através de um exercício de força e modelagem, intrusão e clivagem. Assim, como também propusera Mbembe (2020), necropolítica e brutalismo se vinculam, podendo este último ser visto como o que atualiza o objetivo necropolítico.

Ademais, a retórica empresarial do agronegócio opera amiúde uma captura da crítica social, como apontam Boltanski e Chiapello (1999): incorpora discursos de sustentabilidade e inovação para mascarar formas renovadas de exploração. A agricultura 4.0 exemplifica essa dinâmica, ao mesmo tempo que oculta as formas de sofrimento e resistência que persistem no chão do canavial. Entretanto, como propõe Leff (2001), pensar alternativas exige uma ruptura epistemológica: é necessário superar o paradigma econômico produtivista e reconhecer os limites ecológicos e simbólicos do capital. As práticas de cuidado e solidariedade aqui descritas revelam epistemologias subterrâneas, gestadas por saberes populares e experiências de vida no campo.

Desde este ponto de vista, a alienação do trabalho e da natureza não é total. A partir da experiência, as trabalhadoras constroem modos alternativos de relação com o ambiente, com o corpo e com a coletividade. São práticas que resgatam a dimensão ética do cuidado, do limite e da solidariedade. À sociologia crítica, nesse caso, cumpre escutar esses saberes subalternizados, pois neles reside uma das críticas mais radicais à devastação ambiental e humana promovida pelo agronegócio contemporâneo.

Considerações finais

A escuta atenta das vozes de Clara, Rosa e, seguramente, de tantas outras trabalhadoras dos canaviais paulistas, revela mais do que situações degradantes: expõe estruturas de dominação e, ao mesmo tempo, possibilidades de resistência encarnadas em corpos e afetos. Essas vozes nos ensinam que a precariedade não é um estado transitório, mas uma condição socialmente produzida – neste caso, contemporânea –, que opera sobre dimensões fundamentais da construção das subjetividades do trabalho.

Ao denunciar abusos, desafiar o assédio e organizar formas de resistência, essas mulheres reconfiguram os marcos do reconhecimento social: tornam visível o que era feito para permanecer oculto. Como sujeitos que resistem à não existência simbólica, elas forjam suas próprias gramáticas de valor, dizendo, com seus gestos e palavras, que suas vidas importam. Nesse processo, desafiam os enquadramentos hegemônicos e propõem novas formas de ver, sentir e narrar o sofrimento – formas que restituem dignidade onde antes havia apenas silêncio.

Ao longo deste artigo, foram articulados referenciais teóricos que permitiram ampliar o escopo da análise sociológica. Com Thompson, pôde-se compreender a classe como experiência vivida; com Williams, as estruturas de sentimentos revelaram formas emergentes de consciência crítica, afetivamente enraizadas na prática cotidiana, e; com Butler, a precariedade espelhou a diferença entre os corpos, vulneráveis e descartáveis em função de sua posição em hierarquias de gênero, raça e classe.

Os resultados apresentados revelam que a precariedade do trabalho rural nos canaviais paulistas pode ser compreendida como um efetivo dispositivo, produzindo subjetividades vulneráveis, naturalizando opressões e desigualdades e articulando poder e afeto. Nestes termos, as condições de vida das trabalhadoras da cana não são apenas um efeito da economia do trabalho, mas sobretudo resultado de práticas ativas de governo (ou gestão) da força de trabalho. Entretanto, ante esta tecnologia social de controle do trabalho e do comportamento, as narrativas das trabalhadoras aqui relacionadas apontam para um saber insurgente que escapa à lógica da simples submissão. Há política nos corpos que resistem, que recusam o silêncio e que sublinham a solidariedade construída no eito.

Conclui-se, assim, que pensar o trabalho e a natureza no contexto dos canaviais exige mais do que análises técnicas ou de produção. Exige escuta e diálogo com os saberes locais construídos na experiência cotidiana. Sem embargo, as sociologias rural e do trabalho, bem como a crítica ambiental, passam pela valorização dessas experiências, que, no limiar da exaustão, ainda encontram forças para imaginar outros mundos possíveis.

Referências

- Boltanski, Luc, & Chiapello, Ève. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. Martins Fontes.
- Butler, Judith. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Butler, Judith. (2009). *Vida precária: o poder do luto e da violência*. Autêntica.
- Cardoso, Jéssica P., Sabadin, Ana Carina, & Martins, Rodrigo C. (2025). Gramáticas sobre o fogo e a água nos canaviais paulistas. *Ambiente & Sociedade*, 28, e-00215. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc02151vu28L2AO>
- Castro, Nicole R., Gilio, Leandro, & Machado, Gabriel C. (2022). Impactos da mecanização na produtividade agrícola agregada da cana-de-açúcar no estado de São Paulo de 2007 a 2013. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(2), 1-21. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235496>
- Das, Veena. (2007). *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*. University of California Press.
- Fassin, Didier. (2018). *La vie : mode d'emploi critique*. Seuil.
- Foucault, Michel. (1975). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.
- G1. (2022, 11 jul.). *Grupo com 18 cortadores de cana é resgatado de trabalho análogo à escravidão em Guariba*, SP. <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2022/07/11/grupo-com-18-cortadores-de-cana-e-resgatado-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-guariba-sp.ghtml>
- Leff, Enrique. (2001). *Epistemologia ambiental*. Cortez.
- Lorde, Audre. (2019). *Irmã outsider: ensaios e discursos*. Elefante.
- Martins, Rodrigo Constante. (2024). Trabalho rural: o tempo da teoria e o tempo do boia-fria. *Contemporânea*, 14, e-141325. <https://doi.org/10.14244/contemp.v14.1325>
- Mbembe, Achille. (2020). *Brutalisme*. La Découverte.
- Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.
- O'Connor, James. (1989). Capitalism, nature, socialism: A theoretical introduction. *Capitalism, Nature, Socialism*, 1(1), 11-38. <https://doi.org/10.1080/10455758809358356>
- Pollak, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>

- Rancière, Jacques. (2009). *A partilha do sensível: estética e política*. Editora 34.
- Saffioti, Heleieth I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. (2023). Perfil do setor: cultivo de cana-de-açúcar. *DATAMPE – Plataforma de Inteligência de Dados do Sebrae*. <https://datampe.sebrae.com.br/profile/industry/cultivo-de-cana-de-acucar>
- Silva, Maria Aparecida de M. (2025). La agricultura 4.0 em los cañeverales de São Paulo. In: H.C. Grammont *et al.* (coords). *Mercados de trabajo rurales, desigualdades y vulnerabilidad social en América Latina*, (pp. 31-59). CLACSO.
- Silva, Maria Aparecida de M. (2024). Trabalhadores rurais nos campos paulistas: histórias mutiladas. *Revista interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 32, e-321937. <https://doi.org/10.1590/1980-858525038800032105>
- Silva, Maria Aparecida de M. (2016). Trabalho rural: as marcas da raça. *Lua Nova*, (99), 77-105. <https://doi.org/10.1590/0102-6445139-167/99>
- Silva, Maria Aparecida de M. (2013). ‘Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?’. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 21(2), 359-391.
- Silva, Maria Aparecida de M. (1999) *Errantes do fim do século*. EdUNESP.
- Silva, Maria Aparecida de M., Martins, Rodrigo C. (2010). A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias*, 12(24), 196–240. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000200008>
- Sontag, Susan. (2004). *Sobre fotografia*. Companhia das Letras.
- Thompson, Edward P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Zahar.
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA. (2004). *Usinas em operação no Brasil*. <https://www.novacana.com>
- Williams, Raymond. (2011). Ideias sobre a natureza. In R. Williams, *Cultura e materialism* (pp. 89-114). Editora UNESP.
- Williams, Raymond. (1977). *Marxismo e literatura*. Zahar.

Recebido: 16 jul. 2025.

Aceito: 14 nov. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)